

A METRÓPOLE CARIOCA EM UM “VERTIGINOSO CONJUNTO”: SOBRE DURAÇÕES, CONSCIÊNCIAS E DEVIRES

Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
felipetaumaturgo2@hotmail.com.

RESUMO: O artigo objetiva uma construção teórico-metodológica que relaciona as condições metropolitanas do período atual a um prospecto mais longo no espaço-tempo. A ideia é conjugar diferentes interpretações acerca do tempo e do espaço em meio à realidade histórica de uma metrópole como a do Rio de Janeiro, fundamental às postulações que envolvem a inauguração da modernidade/colonialidade e a própria semântica metropolitana. Para isso, nos valem da noção de "vertiginoso conjunto" do filósofo Achille Mbembe (2019), constructo debruçado à crítica da razão negra em diferentes momentos históricos, associada à tríade materialização - substrução - projeção do geógrafo Alvaro Ferreira (2019), proposta teórico-metodológica inclinada à interação imediata entre o seu conteúdo tripartite que desvela a necessidade de raciocínios centrados na posição relacional entre arquétipos temporais e espaciais para pensar a produção do urbano no presente.

Palavras-chave: Espaço-tempo; Razão negra; Urbano; Rio de Janeiro; Método

GT – 09: Metrópole, metropolização e dinâmica espacial contemporânea

INTRODUÇÃO

Achille Mbembe (2019) em sua “crítica da razão negra” (p. 60) atravessa diversos campos do conhecimento na costura de possibilidades para compreender dinâmicas que envolvem o passado e o presente. O autor denomina “vertiginoso conjunto” os processos de perturbação física, socioeconômica e psíquica associados à raça ao longo da história, postulando que, na produção do conhecimento oriundo das sociedades europeias, se configura enquanto sinônimo de negro.

Nesse sentido, três momentos são determinantes na biografia desta organização controversa. O primeiro período se dá pelo tráfico atlântico ocorrido entre o século XV e o século XIX, com a captura de negros e negras e sua metamorfose em um ente mercadificado; o segundo momento ocorre sobretudo no século XVIII, mas com episódios culminantes no século XX, caracterizado pelo reconhecimento da escrita associado a códices e linguagens próprias, promovendo o surgimento de revoltas de escravos, iniciativas

de descolonização no continente africano, além da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e na queda do apartheid na África do Sul; o terceiro e último momento surge no período atual, mediado pela globalização dos mercados sob a égide neoliberal, que complexifica relações por meio da tecnologia e entorpece o humano enquanto empreendedor de si.

A empreitada teórica do autor parece confusa do ponto de vista temporal, e até controversa a depender do aprofundamento do leitor, o que a coloca em uma condição potente, mas carente de ressalvas, principalmente se dialogada com outras áreas do conhecimento, como o caso das ciências mais preocupadas com a vida no espaço metropolitano. A primeira ressalva que gostaríamos de fazer é em relação à construção do vertiginoso conjunto, que em certos momentos parece uma ponderação fatalista e pouco propositiva, muito embora no segundo momento do que é proposto por Mbembe (2019) o autor apresente ingredientes históricos de possibilidades de revoluções por meio da organização entre negros e negras. Outra ressalva são os saltos temporais dados pelo filósofo, que são acentuados ao longo do livro, mas que neste postulado introdutório carecem de maior cuidado para quem o analisa, na tentativa de não cometer interpretações equivocadas.

Este artigo tem como objetivo o aprimoramento teórico-metodológico envolvendo a longa duração e a materialização da vida metropolitana em sentidos temporais e espaciais. A motivação se dá em torno do entendimento sobre o “vertiginoso conjunto” de Mbembe (2019), dado que, ainda que não seja enfatizado pelo autor, pode remeter a um constructo com rebatimentos mais distantes no que se refere ao tempo. Para isso, partimos de uma lógica que preserva a contrariedade da “razão negra” explícita em diferentes momentos históricos, embora compreenda que meu objeto esteja assentado em uma análise do período atual. Esta racionalidade é mediada pelo cotidiano urbano da metrópole carioca, o que também em uma proposição de método, associo à tríade materialização-substrução-projeção do geógrafo Alvaro Ferreira (2019) para redimensionar as potencialidades metodológicas de um modelo textual preocupado com a descrição da vida metropolitana produzida historicamente, mas com necessários aperfeiçoamentos para o presente e direcionamentos ao futuro.

O artigo está dividido em três momentos elementares, todos preocupados com a construção de uma narrativa espacial que possa percorrer diferentes momentos históricos, por isso, apresenta uma certa coerência temática. A primeira seção se inclina à situação do vertiginoso conjunto de Mbembe à longa duração braudeliiana, vistos aqui enquanto postulados complementares e mediados pela tríade materialização-substrução-projeção de Ferreira (2019); o segundo momento se debruça ao escrutínio da dupla consciência concernente à razão negra, exemplificada a partir do impasse em torno das escavações

do Cais do Valongo, episódio que acalorou o debate racial em torno do patrimônio da cidade do Rio de Janeiro; a última parte, prostrada por meio da noção de “homem-mercadoria”, contempla o assentamento da discussão ao período atual do capitalismo, no que seria a materialização de sua essência globalizada e mercadológica, postulado que complementa a circularidade do vertiginoso conjunto caracterizado por Mbembe (2019) e a conformação de um momento histórico que recondiciona a estrutura da vida social mediante um cotidiano que até então só havia sido experimentado por negros e negras.

AS “VERTIGENS” DAS DURAÇÕES: SOBRE ESPACIALIDADES E TEMPORALIDADES

Em uma primeira aproximação, pensar a história e o desenvolvimento da sociedade em uma projeção mais longa apresentou percalços suntuosos ao longo da produção do conhecimento nas ciências humanas. No prefácio do aclamado livro *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II (1966)*, Braudel clama por uma história que o permita angariar amplas escalas, no que se refere ao tempo e ao espaço, porque mesmo ao longo de sua trajetória, atravessou impedimentos importantes.

O geógrafo Guilherme Ribeiro, leitor atento da obra braudeliiana e preocupado com seus rebatimentos na ciência geográfica, aponta alguns preceitos básicos para uma compreensão mais interessante da proposição metodológica do historiador francês, e inicia esta assimilação a partir do supracitado Mediterrâneo. Segundo Ribeiro (2017), o primeiro passo a fim de cimentar um entendimento mais promissor das relações entre o Mediterrâneo e a longa duração é a percepção acerca da própria dinâmica de engajamento científico da historiografia francesa da primeira metade do século XX. Nas linhas do autor, “é preciso reconhecer que ele foi pensado segundo um conflituoso contexto de transição entre duas concepções de história que pelejavam pela produção de verdade” (RIBEIRO, 2017, p. 73).

Isso se torna palpável com a reprovação da tese sobre o Mediterrâneo, por parte de Gaston Zellner, um historiador de ofício que criticara a construção teórica - para ele muito geográfica - de Braudel, e por meio do desconhecimento de alguns especialistas em geografia histórica que preteriram as aproximações entre os *Annales* e o conteúdo geográfico (*idem*, p. 74). Ainda assim, a longa duração emerge enquanto ente circunstancial da obra de Braudel e se reverbera enquanto expressão fundante de qualquer pesquisador interessado na produção epistemológica de uma ciência preocupada com temáticas espaço-temporais de maior distância, como o aparato colonial e seus rebatimentos econômicos, políticos, sociais e psíquicos.

No texto, a relevância de uma perspectiva mais longa enunciada com a caracterização braudeliiana, se dá pela necessidade de contornar este vertiginoso conjunto, que segundo Mbembe (2019) tem marcos iniciais com o sequestro de negros e negras enquanto escravos para trabalharem nos *plantations* de cana de

açúcar e algodão na América, desde seu nascituro. É um postulado que interpela o entendimento que a produção científica deve se conceber em constante movimento, de forma teórica e empírica. Neste contexto, Ribeiro (2017) faz uma ressalva interessante acerca da produção de Braudel que dialoga inteiramente com a proposta metodológica, que é a dificuldade do historiador francês perceber o tempo enquanto objeto para a História, da mesma forma que não enxerga o espaço desta maneira para a Geografia. De acordo com Braudel, ambos são meios de construção do conhecimento e interpretação fenomênica (*idem*, p. 93). Esta noção, movimento estruturante para a “dialética da duração”, contribui com a explicitação dos diferentes “recitativos” caracterizados pelo autor, na relação entre um arquétipo metodológico de duração mais curta, intermediária ou mais longa.

A história tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao evento, habituou-nos há muito tempo à sua narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto. A nova história econômica e social põe no primeiro plano de sua pesquisa a oscilação cíclica e assenta sobre sua duração: prendeu-se à miragem, também à realidade das subidas e descidas cíclicas dos preços. Hoje, há assim, ao lado do relato (ou do “recitativo” tradicional), um recitativo da conjuntura que põe em questão o passado por largas fatias: dez, vinte ou cinquenta anos. Bem além desse segundo recitativo, situa-se uma história de respiração mais contida ainda, e, desta vez, de amplitude secular: a história longa, e mesmo, de longuíssima duração (BRAUDEL, 2014, p. 44).

Na ponderação acerca das durações, o historiador consolida sua posição na defesa da longa duração até mesmo em relação à palavra “evento”. O autor critica postulados teóricos que aprisionaram o evento em seu conteúdo explosivo de curta duração. Neste bojo recorre aos filósofos, como Jean Paul Sartre, preocupados com um jogo semântico de movimentos temporais mais profundos, para reivindicar que até mesmo um acontecimento momentâneo pode apresentar um tempo muito superior à sua própria duração. De acordo com Braudel, as micronarrativas, oriundas desta apreensão traiçoeira do tempo curto, “é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações” (p. 46).

Concordando com Braudel acerca das adversidades explosivas do tempo curto, Ribeiro (2017) apregoa a estrutura enquanto noção fundamental para pensar a teoria braudeliana. O próprio historiador francês escreve que a palavra estrutura se consolida enquanto uma segunda chave essencial à introdução à história de longa duração, enquanto a primeira seria a afirmação e uma linha cognitiva que promova o protagonismo de tendências seculares, ainda que estabeleça ressalvas a este uso pelos economistas, o que justificaria a maior validação à segunda chave. Segundo Braudel, a estrutura “domina os problemas da longa duração” (2014, p. 49), porque é por meio desta que se justifica uma certa coerência, ordenamento temporal mais explícito que, apesar de rugoso, consolida uma realidade estável ao longo do tempo histórico. Pela formulação dos objetivos principais para este capítulo, a coerência histórica correlata ao prospecto de

longa duração enunciado por Braudel se dá pelo aparato político-administrativo e econômico da dominação colonial, que teve na cidade do Rio de Janeiro um espaço fundamental para sua égide.

Dar protagonismo ao Rio de Janeiro nessa ocasião requer algumas pequenas considerações acerca da construção em meio a períodos históricos tão diversos. E o geógrafo Milton Santos (2017) aponta trilhas possíveis. Dentre elas, faz sentido destacar novamente a noção de evento, na qual o autor atrela à ideia de duração, o que imediatamente remete ao trabalho exposto. De acordo com Santos (2017, p. 148), “o evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo”, e mais, a constituição organizacional do evento interfere na sua eficácia, promovendo um movimento de eterno-retorno à duração. Ainda em Santos (2017), um outro postulado promissor na trilha do evento seria a categoria escala. E esta surge em duas condições: na *origem* e no *impacto* do evento. Nesse momento da abstração teórica do autor, percebemos a entrada do Rio de Janeiro em sua acepção mais empírica na mediação das considerações acerca do espaço-tempo para a reprodução colonial na cidade, na busca por “continuidade temporal e coerência espacial” (SANTOS, 2017, p.156) que facilitem o entendimento de possíveis conexões entre uma escala temporal mais longa, com impactos preservados até o período atual.

A influência braudeliana na constituição do longo século XVI será de importância ímpar para a consolidação dos debates em torno do sistema-mundo, segundo Santos (2017), “vulgarizada”¹ por seu orientando Immanuel Wallerstein (1992), o que mais tarde, principalmente pela influência de autores latino-americanos vinculados ao grupo Modernidade/Colonialidade (GROSFOGUEL, 2008; BALLESTRIN, 2013), consolidam a categoria de sistema-mundo moderno colonial. Para Wallerstein (1992), em concordância evidente com Braudel, a criação deste sistema-mundo moderno data do final do século XV, período marcado pelos “descobrimientos” na América, ou “encobrimento”, como apelida Dussel (2011). A nova dinâmica de dominação racial, territorial, cultural e epistêmica representou a conformação desta realidade política e econômica moderna que atravessou séculos e deu sentido a diversas problemáticas que ainda atordoam o período atual, seja do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, da geopolítica do conhecimento, ou até mesmo no que tange às políticas de segurança que se reverberam na produção do espaço urbano.

Na tentativa de enfatizar ingredientes espaço-temporais mais recentes e associá-los a uma compreensão de escala temporal mais abrangente, vale recorrer à proposta metodológica do geógrafo

¹ De acordo com Santos (2017), a noção de sistema-mundo, se utilizada de maneira vulgar, como crítica em relação a Wallerstein, poderá se perder a realidade estruturante do objeto fenomênico vinculada à Geografia, já que a análise mais profícua em relação à “totalidade-mundo”, principalmente com a profusão dos debates em torno da ideia de globalização, partiria de outros ramos científicos.

Alvaro Ferreira (2019), quando conclama que um dos principais problemas da produção do conhecimento na Geografia do período atual seria certa dificuldade de se teorizar a partir do real. No caso, consolidar um movimento de partida do real em direção à teoria, mas que se propusesse a retornar. Esta necessária articulação, de matriz dialética, apresenta elementos dispostos por teoria e prática que se interpelam no tempo e no espaço, nas mais diversas especificidades de ocorrência. Como proposto, o real parte das interrupções que ecoam no cotidiano de negros e negras, transformando e condicionando formas de apropriação e reapropriação do espaço metropolitano. Esta perspectiva não se apresenta de forma recente, enquanto acontecimento jornalístico ou factual, mas uma conjectura muito mais distante no tempo histórico, que remete aos marcos coloniais da primeira modernidade. Nesta composição entre teoria e prática e a valorização de uma perspectiva mais longa, nos atentaremos à tríade analítica *materialização-substrução-projeção* proposta pelo geógrafo, a qual emerge enquanto percurso metodológico extremamente profícuo para este jogo entre espaço e tempo, e teoria e prática.

Para Ferreira (2019), a primeira chave seria a identificação do que pode ser percebido por meio dos sentidos, um ente associado ao que se apresenta perceptível na própria dinâmica de produção ou impedimento à produção do espaço, aspectos que seriam ligados à concretude. A este processo o autor intitula “materialização”. Além desta, cabe observar ingredientes que se revelam elementares para esta materialização, mas que não se manifestam de forma tão explícita, que muitas vezes não estão especificados ao que pode ser percebido por meio dos sentidos. Segundo o geógrafo, aqui se debruça ao que dá sustentação à composição prático-teórica da tríade, o que chama “substrução”. Este bojo revela forças escusas contidas no próprio esgarçamento do tecido social, se preocupando com as ações dos grupos sociais diretamente engajados nestas contradições presentes no tempo e no espaço. Pela temática, esta seria a parte da tríade que mais iluminaria a perspectiva mais longa, já que observar “o que está por trás” reconhecendo as representações, também se revela uma interrogação em relação à estrutura e à coerência das tendências seculares no tempo histórico e do processo social que rebatem no espaço urbano, como os trâmites raciais intrínsecos aos códigos coloniais.

A última parte da tríade remete à “projeção”, uma mediação que identifica as conexões entre a materialização e a substrução, já que são indissociáveis, e por meio desta imagina o futuro. Mais uma evidência de que a tríade proposta por Ferreira (2019) apresenta semântica diretamente associável à dialética da duração de Braudel e o prognóstico mais longo para pensar a metrópole do presente que idealizamos em nossas reflexões. A projeção tem seu caráter imaginativo, onírico, mas também é um

produto do presente relacionado ao passado. Como a própria proposição braudeliana indica, a longa duração é a ponte mais profícua da história com o presente.

A “RAZÃO NEGRA” NO RIO DE JANEIRO: CONTROVERSAS CONSCIÊNCIAS

Em meio ao arquétipo espaço-temporal pensado para a metrópole carioca, faz sentido recorrer a Mbembe (2019)², inspirado por Gilroy (2012) e Fanon (2020), e a produção de sua narrativa por meio da crítica da razão negra. Na perspectiva, esta construção pode ser lida em dois textos distintos. Um primeiro texto dotado de “vozes, enunciados e discursos, de saberes, comentários e disparates” (MBEMBE, 2019, p. 60), e um segundo texto forjado na reivindicação de descendentes de escravos em relação à sua história, na constituição de um arquivo negro. A primeira escrita se codifica genealogicamente no desenvolvimento da Era Moderna, período atravessado pelo protagonismo dos exploradores e mercadores de negros escravizados, além da embrionária cientificidade do aparato colonial. “Essa razão não passa de um sistema pretensamente erudito de narrativas e discursos.” (MBEMBE, 2019, p. 61), no qual sua reprodução se inclinava à dominação, conformando um sujeito racial. Este primeiro texto será chamado por Mbembe (2019, p. 61) de “consciência ocidental do negro”.

Nesse contexto, a *razão negra* designa um conjunto tanto de discursos como de práticas – um trabalho cotidiano que consistiu em inventar, contar, repetir e promover a variação de fórmulas, textos e rituais com o intuito de fazer surgir o negro enquanto sujeito racial e exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e de instrumentalização prática (*idem*).

De acordo com o autor, o primeiro texto não se esgota em si mesmo. Em perceptível associação deleuziana, Mbembe desloca a produção deste modelo de reconhecimento exterior a uma condição de constelação, já que é constantemente transformado pelo curso da história e “sempre assume formas múltiplas, contraditórias e divergentes” (2019, p. 62), inclusive trazendo à tona o segundo texto, uma resposta evidentemente negra, com uma vista de si mesmo, “desde dentro”, como nos termos do sociólogo brasileiro Guerreiro Ramos.

Já a segunda escrita responde às interrogações da primeira. Segundo Mbembe (2019, p. 62), “se a consciência ocidental do negro é um *juízo de identidade*, esse segundo texto é, inversamente, uma *declaração de identidade*.” Esta declaração acessa a memória, a história e protocola a fundação de um arquivo. Se na ciência colonial, correlata ao primeiro texto, o negro é um ente sem vestígios, desprovido de parentesco e herança, a outra literatura se versa no reencontro dos resíduos negros dispersos pelo mundo.

² A imediata referência a Kant foi instrumentalizada por diversos autores da filosofia, sociologia e história, embora a preocupação do filósofo camaronês seja muito peculiar, diferente das outras.

O objetivo é, na verdade, escrever uma história que reabra para os descendentes de escravos a possibilidade de voltarem a ser agentes da história propriamente dita. No desdobramento da Emancipação e da Reconstrução, escrever a história é considerado, mais do que nunca, um ato de imaginação moral. O gesto histórico por excelência consiste, pois, em passar do estatuto de escravo ao de cidadão como os outros (MBEMBE, 2019, p. 64).

Na ótica do autor, consta uma teia de contradições e solidariedades entre as duas escritas, embora a segunda represente maior vontade de rompimento. Mbembe (2019) intitula este outro alinhamento como a *consciência negra do Negro*, uma conjectura que envolve a literatura, a construção de biografias e a luta política. Para ele, no que se refere à consciência negra do negro, “seus locais de nascimento são as grandes metrópoles dos Estados Unidos e do Caribe, seguindo-se as da Europa e, mais tarde, as da África” (MBEMBE, 2019, p. 65). Por mais que o autor, nesta explanação, não utilize a palavra “diáspora”, esta categoria parece implícita pelas bibliografias que o inspiraram, e principalmente pelas características que destaca. Em nossa leitura, o ponto de inflexão está justamente assentado na postulação dos espaços que Mbembe enuncia. Se o autor não especifica o Brasil e mais precisamente o Rio de Janeiro enquanto parte elementar para a elucubração desta dupla consciência que preenche a razão negra, cabe a pesquisadores e intelectuais preocupados com a realidade histórica da cidade fazê-lo.

Segundo Gilroy (2012, p. 10), “falar do Brasil produz, corretamente, hesitação”. Isso se dá por uma vinculação imediata entre a conformação da sociedade brasileira e a dinâmica de exploração comercial amparada pela escravização de negros e negras, uma configuração que apresenta efeitos de longa duração em caráter social, político, econômico e epistêmico. Nas palavras do historiador inglês³, “a longa e específica história do Brasil sobre os contínuos contatos com a África deveria também ser produtivamente acrescentada às narrativas fundamentais da história do ‘Atlântico Negro’” (GILROY, 2012, p. 12).

Hoje, espero que a nova tendência sobre a ideia da diáspora possa ajudar a acabar com a tal marginalização. No espírito do que pode ser chamado de história “heterológica”, gostaria que considerássemos o caráter cultural e as dimensões políticas de uma narrativa emergente sobre a diáspora que possa relacionar, senão combinar e unificar, as experiências modernas das comunidades e interesses negros em várias partes do mundo (GILROY, 2012, p. 11).

Se na crítica de Gilroy o Brasil produz hesitação, o que causaria o Rio de Janeiro? A metrópole carioca representa uma das principais reverberações das inscrições espaciais (OLIVEIRA, 2019) da raça, do racismo e da cultura negra no mundo. Cabe lembrar que nenhum outro lugar recebeu mais negros e negras

³ É preciso dizer que a hesitação experimentada por Gilroy não se reflete nos escritos de sua obra, esta que fora produzida quase vinte anos antes deste prefácio. A crítica do autor, que também soa como autocrítica, posiciona o Brasil em uma condição marginal mesmo em grandiosas literaturas preocupadas com a diáspora, a travessia e a política negra, estas com considerações muito mais profundas acerca dos Estados Unidos e do Caribe.

na condição de escravizados que o Rio de Janeiro (CICALO e VASSALLO, 2015), portanto seria um desperdício político e teórico ignorar a representatividade da cidade nesta tessitura do Brasil com o continente africano e os rebatimentos deste controverso e colossal movimento espacial, com efeitos implícitos e explícitos na estrutura da cidade, como brilhantemente proposto por Geny Guimarães (2015), em seu *Rio Negro de Janeiro*.

A partir das impressões de viajantes, artistas e outros sujeitos presentes no cotidiano do período escravocrata, Guimarães (2015) expõe que o Rio de Janeiro começou a se constituir enquanto uma cidade negra desde a chegada dos primeiros escravizados no século XVI, o que se intensificou de forma notável com a aceleração do tráfico negreiro e a apropriação do centro da cidade por negros e negras em liberdade ou descendentes de escravizados já no período pós-abolição. Esta configuração é interessante porque faz retornar ao vácuo teórico em relação à riqueza do Brasil e da metrópole carioca nos estudos sobre a valorização da dinâmica político-cultural que envolve o compartilhamento das experiências, dos sofrimentos e da herança dos povos sequestrados do continente africano.

Na análise dos contrassensos entre a *consciência ocidental do negro* e a *consciência negra do Negro* (MBEMBE, 2019), a produção do espaço no Rio de Janeiro se desenvolveu margeando essa solidária contradição, e no que diz respeito à iluminação da proposta metodológica adotada, alguns bons exemplos estão nas tensões que envolvem as recentes obras para eventos de magnitude internacional e os movimentos sociais localizados na Área Central da cidade, localidade lembrada por Heitor dos Prazeres como “Pequena África” (OLIVEIRA, 2019).

Se a consciência ocidental do negro articula um bojo analítico fundamentado na noção de raça, codificando normas à inferiorização de indivíduos por meio do saque, da dor e do sofrimento; a consciência negra do Negro busca reconstruir as condições pretéritas da diáspora, da circularidade e da travessia com traços culturais pujantes e enérgicos relativos à memória, à ancestralidade e à edificação de uma escrita negra, um arquivo consolidado pela resposta ao espólio remetente ao sequestro desde África, que se reproduziu também na metrópole carioca.

Uma bibliografia indispensável para esta elucubração é o texto *Por onde os africanos chegaram* (2015), de André Cicalo e Simone Vassallo. A construção promove grande debate acerca das escolhas entre os pesquisadores responsáveis pelas escavações do Cais da Imperatriz, o qual se sobrepunha ao Cais do Valongo, para as obras do Porto Maravilha. A ideia dos arqueólogos era encontrar elementos que testemunhassem de maneira mais profícua os momentos da travessia, já que muitos objetos e utensílios foram despejados no Atlântico e impedidos de chegar no território brasileiro. Segundo os autores, a

discussão sobre memória em relação ao período escravocrata se notabilizou de forma tardia no Brasil e em alguns outros países da América Latina, sobretudo pela dificuldade de reconhecer um passado vinculado à dinâmica escravista, mas também por tentar consolidar a noção de identidade nacional a partir de certa democracia racial. “A demora desse processo explicaria também a relativa exiguidade de estudos sobre patrimonialização da memória da escravidão atlântica no Brasil” (CICALO e VASSALLO, 2015, p. 242).

De acordo com Guimarães (2015), a violação ao legado patrimonial da diáspora africana no Brasil se deu por três formas: “pela invisibilidade, pela apropriação e pelo apagamento na paisagem carioca das marcas negras” (p. 292). Para a geógrafa, uma violência que se dá em termos simbólicos, materiais e psíquicos. Concordamos com sua abordagem e reconhecemos que no campo das violações associadas à caracterização da paisagem urbana, são genocídios diretamente imbricados a epistemicídios, ou “genocídios/epistemicídios”, como escreve Grosfoguel (2013)⁴.

As obras recentes para a realização dos eventos de magnitude internacional na cidade do Rio de Janeiro contribuíram para o acirramento dos debates em torno da memória e das condições de patrimonialização da herança africana na metrópole carioca. Para Oliveira (2019), esse momento “tem revelado marcas do passado colonial e atual gestão racista do espaço da cidade” (p. s/p), mas por outro lado, contribui para a construção de “lugares de memórias corporificadas” (OLIVEIRA, 2019, s/p), que se revelam também em caráter contraditório, seja por meio das violências simbólicas produzidas pelo Estado na forma de esquecimento, como bem visto na crítica de Guimarães (2015), mas também com uma possível instrumentalização desses espaços para a elucidação da relevância de negros e negras no que se refere à produção dos objetos espaciais.

O Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana (Figura 1) parece um bom exemplo do contrasenso que envolve o Estado, as políticas públicas de memória e o movimento negro da cidade. A proposta, vinculada ao Porto Maravilha, mas também articulada por movimentos sociais, conta com seis pontos essenciais para a história da cidade e da cultura negro-africana e negro-brasileira: o Cais

⁴ Para Grosfoguel (2013), em referência imediata a Boaventura de Sousa Santos (1995), o extermínio travestido de conquista do longo século XVI (BRAUDEL, 2014, DUSSEL, 2011) não significou apenas a morte dos mouros na ocupação da Andaluzia, dos nativos indígenas da América, dos negros retidos como cativos no continente africano⁴, ou das mulheres indo-europeias queimadas como bruxas. Esses quatro genocídios também são acompanhados de epistemicídios. Uma violência que não se realiza apenas mediante o extermínio do corpo, mas também dos conhecimentos oriundos desses povos. Um argumento fundamental da abordagem de Grosfoguel presente na citação anterior e que esbarra na construção desta primeira exemplificação empírica em referência às *consciências* do negro está na ideia de racismo epistêmico, conjugação associada à produção do conhecimento que reverbera na produção do espaço e na discussão acerca do patrimônio na Pequena África presente em Oliveira (2019), Cicalo e Vassallo (2015) e Guimarães (2015).

fundamental, principalmente porque, ao reconhecer a existência dos dois Cais de maneira adjacente, seu movimento se deu em torno da valorização da força simbólica do Cais do Valongo em relação ao Cais da Imperatriz, na visão de que as metanarrativas (SILVA, 2014) associadas ao conteúdo colonial já se manifestavam de maneira maçante em parte da historiografia brasileira preocupada com a nobreza, destacando o apagamento e a invisibilidade da história negro-africana com o simbolismo que era se ter um porto negreiro soterrado abaixo de um cais preparado para o recebimento de uma princesa.

O processo de escolha feita por Tânia Lima contempla a mediação presente entre a consciência ocidental do negro, performada por meio do soterramento do Cais do Valongo, e também expressa a potencialidade que se preenche com a consciência negra do Negro, na atribuição de uma história produzida com um arquivo negro (MBEMBE, 2019). Nesse bojo, segundo matéria do jornal O Globo⁷, nas escavações foram encontradas 1,3 milhão de peças relativas ao tráfico negreiro, como cachimbos, colares, anéis, pedras, cerâmica e búzios, oriundas de importante documento da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Como proposto, a escolha por aprofundar as escavações, exercida por Tânia Lima, transforma a realidade histórica que preenche a memória e o arquivo da população negra na cidade. O Valongo, ainda que seja doloroso, precisa ser reconhecido enquanto instituição necessária à compreensão da diáspora africana no Rio de Janeiro e no Brasil, como no maravilhoso trabalho de Lima, Sene e Souza (2016) que remonta à busca pelo Cais do Valongo, onde trazem alguns documentos históricos que denotam a formação de um verdadeiro complexo comercial para a compra e venda de africanos recém-chegados ao Brasil na então rua do Valongo. A organização da área contava também com o Lazareto, na Gamboa, espaço disposto ao recebimento de africanos doentes; e o cemitério dos Pretos Novos, localizado na rua Pedro Ernesto, onde eram enterrados os africanos que sucumbiam às doenças e às violências do cativo. Oliveira (2020, p. 15) chama essa distribuição espacial de “geo-grafias de produção não-existência”, em explícita referência a Fanon (2020).

O DEVIR-NEGRO DO MUNDO É AQUI E AGORA

A última parte do artigo - e vertiginoso conjunto - se preocupa com a materialização – também em sentidos metodológicos, a partir de Ferreira (2019) - da vida negra no período atual. Nesse sentido, nos valem deste momento para finalmente situar a vida negra no período atual. Ainda que fosse necessário

⁷ Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/sete-anos-apos-escavacoes-objetos-achados-no-cais-do-valongo-estao-em-caixas-correm-risco-1-24061864>. Acesso: 17/12/2021 às 09:25.

trazer processos mais longos do tempo histórico a fim de pensar a razão negra e a transformação do negro em mercadoria, na finalização desta elucubração atentaremos mais profundamente ao cotidiano do presente, momento preenchido pela globalização dos mercados e condicionado a partir da racionalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008; DARDOT e LAVAL, 2016; MBEMBE, 2019). O objetivo aqui é reconhecer, a partir da manifesta influência foucaultiana para Dardot e Laval (2016) e Mbembe (2019), como a realidade atual responde aos comandos de uma lógica flexível e precária, generalizando uma condição de clausura corporal e subjetiva que durante muito tempo só foi experimentada por negros e negras. A esse espraiamento, Mbembe (2019), desde Deleuze e Guattari⁸, promove contundentes e controversas posições na introdução do livro “Crítica da razão negra”, a qual apelida “devir-negro do mundo”.

O devir-negro, em linhas gerais, media as condições da época atual a partir de uma “humanidade supérflua” (MBEMBE, 2019, p.16), onde a reprodução da fluidez e da precarização transformam o indivíduo em um maquinário instrumentalizado aos cânones do mercado, capaz de se prostrar a qualquer condição para ser explorado, já que, abandonado pela supressão do Estado, é um sujeito que não mais teme a extorsão da relação capital-trabalho, muito diferente dos homens e mulheres que deram sentido à exploração fordista de meados do último século.

(...) esse *homem-coisa*, *homem-máquina*, *homem-código* e *homem-fluxo* procura antes de mais nada regular a sua conduta em função das normas do mercado, sem nem sequer hesitar em se autoinstrumentalizar e instrumentalizar os outros para otimizar sua parcela de fruição. Condenado à aprendizagem por toda a vida, à flexibilidade, ao reino do curto-prazo, deve abraçar sua condição de sujeito solúvel e fungível, a fim de atender à injunção que lhe é constantemente feita – tornar-se um outro (MBEMBE, 2019, p. 17).

A construção desse “homem-fluxo” tem nascituro nas transformações psíquicas oriundas da reestruturação produtiva que se consolidou com a dispersão da massificação fordista⁹ e o soerguimento da liquidez toyotista nos anos 1950 no Japão, mas que ganhou abrangência mundial desde os anos 1970

⁸ Em “Mil Platôs 4”, os filósofos contornam o devir enquanto processo de desejo. Nas linhas dos autores: “Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de devir, e através das quais devimos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo” (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 67). Para Mbembe (2019) é válido reiterar que tal processo não necessariamente se vincula a um desejo negro. É a elaboração de um Outro sobre o negro.

⁹ Vale reiterar que a interferência das relações de trabalho na vida psíquica não são exclusividade do modelo flexível. Sobre a caracterização fordista, David Harvey (1992) a considera como um modelo que se consolidou pela abrangência de uma série de tendências anteriores. Segundo o autor, a organização corporativa dos negócios e a racionalização do trabalho a partir de uma posição fixa do empregado já eram propostas minimamente estabelecidas pelos setores produtivos, a primeira um movimento aperfeiçoado pelas estradas de ferro e pela formação dos cartéis do final do século XIX, e a segunda sendo difundida pela dinâmica taylorista, fundamentada também a partir de experiências do final do século anterior. De acordo com o geógrafo inglês, o que havia de inovador e elementar no regime fordista era a perspectiva da massificação da produção que culminaria em certa massificação do consumo, atingindo até mesmo o psiquismo do trabalhador, conteúdo que se reverberaria por toda a sociedade, na conformação de uma nova ordem subjetiva.

(ALVES, 2007; ANTUNES, 2018), lógica que também serviu de suporte à globalização dos mercados. Segundo Alves (2007), com a reestruturação produtiva do capital houve certo alastramento de uma lógica que estava restrita aos olhos do oriente, mas que se generaliza enquanto categoria universal da reprodução capitalista, englobando não só aspectos da realidade do lugar, mas elementos que tangenciam diferentes escalas, setores e empresas. O toyotismo, para o autor,

(...) implica a constituição de um empreendimento capitalista baseado na produção fluida, produção flexível e produção difusa. A produção fluida implica a adoção de dispositivos organizacionais como, por exemplo, o *just-in-time*/kanban ou o kaizen, que pressupõem, por outro lado, como nexos essenciais, a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, envolvimento proativo do operário ou empregado (como salientamos, o nexo essencial do toyotismo é a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital) (ALVES, 2007, p. 158).

A captura da subjetividade enunciada pelo sociólogo brasileiro se soma ao “engajamento estimulado do trabalho” (ALVES, 2007, p. 159), o que fundamenta as demandas de fluidez e flexibilidade para a reorganização da atividade produtiva, levando a cabo uma série de programas de gerenciamento do trabalho e controle de qualidade da produção, além do já citado *just-in-time* na preocupação com a demanda, e até mesmo o fortalecimento do discurso de flexibilização salarial e terceirização (ALVES, 1999; 2007).

A generalização da condição do negro caracterizada para Mbembe (2019) contribui para a exemplificação das mediações intrínsecas à realidade urbana de um presente tecnológico e globalizado. Segundo o autor, existe uma tendência forjada no conteúdo da modernidade que todos os indivíduos experimentem os confins da escassez do humano que até então só se performaram contra o negro. As motivações de tal “delírio”, como questionado pelo próprio filósofo, se dão por dois motivos fundamentais, que valem ser captados com as próprias palavras de quem as propõe. Tendo isso, responde Mbembe (2019, p. 12):

Primeiro, deve-se ao fato de o negro ser este (ou então aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender. Onde quer que apareça, o negro desencadeia dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que invariavelmente abala o próprio sistema racional. Em seguida, deve-se ao fato de que ninguém -nem aqueles que o inventaram e nem os que foram englobados nesse nome – gostaria de ser um negro ou, na prática, de ser tratado como tal.

A tese de que “ninguém gostaria de ser um negro” parece indigesta aos princípios de uma interpelação propensa aos sentidos da vida negra, muito embora aqui não deva funcionar dessa forma. O constructo teórico mbembiano apresenta justamente o ponto crítico da abordagem que ousou mesclar para a finalização do capítulo. Faz sentido cunhar por quais motivos não se quer ser um negro, e é a partir do elenco dessas

razões, costuradas no bojo do período atual, que avanço na direção dos argumentos necessários ao entendimento da semântica metropolitana onde se arquiteta o não ser.

Em bom artigo de Renato Noguera, Rogério Luís Seixas e Brunior Francisco Alves (2019), os autores propõem uma apreensão mais profunda da noção de devir-negro atravessada pelo contingente neoliberal e caracterizam o possível sentimento de repelência à polêmica leitura de Mbembe, dada sua complexidade. Para os filósofos, o que também acompanha o cerne de meu prospecto metodológico, o devir-negro demanda movimento intenso do arquétipo temporal, necessário à compreensão do projeto da modernidade que teve a destituição da humanidade negra enquanto parte essencial.

A influência de Deleuze e Guattari, como já indicado, mas também de Foucault e Agamben, são imprescindíveis para a concepção do conteúdo do devir-negro, porque além dos devires, o camaronês se vale do projeto biopolítico enunciado no bojo da racionalidade governamental que reorganiza corpos e territórios à revelia do Estado e dos grupos políticos e econômicos que o acompanham. Além desses, adverte Noguera *et al* (2019), é necessário lembrar a perspectiva de Frantz Fanon (2020) no que se refere à indisposição relacionada a se prostrar como um negro, já que o racismo e o potentado colonial emergem enquanto dados essenciais para a consolidação de sua abordagem. Como citado por Noguera *et al* (2019), a construção neoliberal é propositiva no que concerne à época atual, embora se aproveite de uma estrutura histórico-genética previamente consolidada nos trâmites da colonização e da escravização.

De acordo com Fanon (2020), existe um complexo de inferioridade criado na situação colonial que ainda permanece no entendimento do negro sobre si e sobre o Outro. O negro necessita escapar da negrura, e para isso precisa se tornar branco. O negro é um não ser que só será levado à condição de ser por meio da brancura. Essa lógica está presente na perspectiva de Mbembe (2019) quando o autor indica que ninguém quer ser um negro, embora anuncie uma interjeição interessante com o assentamento da discussão no período atual, marcado pelo corte neoliberal da globalização dos mercados: apesar de ninguém querer ser um negro, a intensidade com que se percebe a escassez e replicação da ausência, além da captura da subjetividade por sentidos de mercadoria, existe certa predisposição para que a realidade do negro seja a realidade do mundo. Acerca desse contexto, Noguera *et al* (2019, p. 165) complementa:

Nas reflexões sobre o “devir-negro do mundo”, encontramos a afirmação de o liberalismo e a escravização como coextensivos, ainda que o trabalho assalariado e direitos trabalhistas tenham certo espaço dentro do regime. O neoliberalismo é a radicalização desse projeto à medida que significa um projeto de eliminação das garantias totais. É a proposta de transformar o trabalhador do contexto neoliberal naquela mesma pessoa negra escravizada durante séculos nas plantações da América.

Na esteira sobre a categoria de Mbembe, a socióloga Luciana Garcia de Mello sinaliza que, para pensar o devir-negro em uma escala nacional, é necessária vinculação imediata com a desproteção social decorrente das transformações oriundas da reestruturação produtiva do capital demarcada pela maximização da esfera flexível em detrimento do massificado modelo fordista, no final dos anos 70. Ainda para a autora, a ausência do Estado nos limites da proteção social se constituiu com maior evidência no Brasil em contexto posterior a 2015, momento caracterizado por intensa recessão econômica e que contribuiu para o arrefecimento da seguridade social, principalmente a partir da reforma trabalhista de 2017.

Sobre essa conjuntura, na tentativa de angariar elementos que contornem um devir-negro “à brasileira”, o filósofo Pablo de Macedo Dutra (2021), dedicado ao conceito de Mbembe em sua dissertação de mestrado, adiciona requintes promissores à problemática, permitindo associações entre a degradação dos sentidos de humanidade destituídos no bojo do projeto moderno, à conjuntura brasileira, estrutura factual materializada a partir de códigos históricos manipulados à égide do segregacionismo racista constituído desde os *plantations*, mas que se revigora à medida que a construção da diferença no neoliberalismo também se dá por meio de elementos econômicos, agora não necessariamente relacionados à cor da pele.

Em análise um pouco mais abrangente no que diz respeito à categoria trabalho, Alves (2007) e Antunes (2018) sinalizam as contradições contidas no perfil neoliberal no Brasil a partir da consolidação dos elos econômicos que fundamentaram a globalização dos mercados e a flexibilização enquanto regra no cerne da economia. A partir das postulações dos autores acompanhadas da posição teórica de Mello (2020) e Dutra (2021), vale ressaltar que a reestruturação produtiva, em linhas gerais, intensificou a precarização. No caso brasileiro e de outros países americanos, o trabalho deve ser tangenciado por uma matriz histórico-genética que inclui, novamente, processos de longa duração, sendo o fantasma colonial permeado pela escravidão, uma estrutura profícua a ser rememorada. Alves (2007) propõe essa lembrança, estabelecendo conexões históricas com um período em que a materialização do capital se dava sobretudo através da expropriação territorial e da exploração do trabalho vivo.

A realidade do período atual conserva a volatilidade da estrutura social à medida que transforma a dinâmica produtiva. No caso, mais do que condicionar a aptidão física, psíquica e intelectual à nova realidade do trabalho, o modelo empresarial invade o cotidiano. Além das transformações tecnológicas e organizacionais da reestruturação produtiva, a razão neoliberal implica em metamorfoses sócio-metabólicas, “o que significa a constituição de novos *cluster* de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado” (ALVES, 2007, p. 190). Essas práticas não conservam um sistema simples, mas hiper-complexo. Se enquadram em um “sócio-metabolismo da barbárie” (2007, p. 190), envolvendo deterioração das

relações de solidariedade, precarização do trabalho e a assimilação da competitividade enquanto causa e consequência das práticas sociais.

A transmutação da subjetividade a partir das práticas sócio-metabólicas representam a que talvez seja a mais importante dimensão da reestruturação produtiva do capital tão fundamental para a globalização dos mercados e à intensificação da descartabilidade generalizada dos indivíduos lembrada por Mbembe (2019), já que o contexto psíquico é afetado de maneira dilacerante, um sentido que se reverberará no “adestramento dos corpos”, como escreveriam Dardot e Laval (2016) a partir do complemento a Foucault (2008). Por mais que estes últimos não tratem necessariamente acerca do termo “sócio-metabolismo”, na construção de suas postulações, a carga de subjetividade inebriada pela flexibilidade toyotista se torna um elemento central.

Dardot e Laval (2016) não só sinalizam a necessidade de aprofundamento na concepção de “racionalidade” de Foucault, mas também indicam que o caminho mais profícuo para um certo acirramento da crítica ao neoliberalismo e à empresa pessoal deveria se assentar na alienação proveniente da própria crença do indivíduo em não ser alienado. Para os autores, a governamentalidade neoliberal se aproxima de um certo alinhamento “laciano” (p. 327), em que “o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito” (*idem*). Neste modelo faz-se crer que não existe uma alienação como aquela caracterizada pela rotina repetitiva do modelo fordista, uma circunstância que formava “sujeitos industriais”. O conteúdo alienante dos últimos quarenta anos e muito possivelmente das próximas décadas depende da incorporação imediata do discurso neoliberal em que o sujeito deve estar estimulado para maximizar seus resultados e conseguir competir com um Outro.

No que circunda a racionalidade governamental ao devir-negro, a psicóloga Fátima Lima (2018), atenta à produção intelectual de Mbembe e seu verniz teórico no período atual, sinaliza que “a precarização da vida inclui não apenas as populações negras, mas também os não negros empobrecidos e cada vez mais precarizados” (p. 23). Segundo a autora, essa configuração remonta à uma agenda mundial no que concerne os debates em torno da gestão da vida (e da morte) e a produção do espaço, ainda que não com esses termos. Essa correlação é potente porque, além de reconsiderar o mérito de Mbembe a partir de sua boa leitura de Foucault e Dardot e Laval, ainda reposiciona o debate em torno da tutela de corpos e territórios a um posicionamento localizado em outros lugares de enunciação que não o Norte Global, permitindo assim, interpretações mais bem contextualizadas às configurações espaciais e históricas de sociedades racializadas pelo fantasma do período escravocrata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caracterização espaço-temporal do “vertiginoso conjunto” foi angariada enquanto principal elemento da construção teórica do artigo. As transposições a partir da longa duração se denotam enquanto ente estruturante de qualquer abordagem preocupada com a vida negra do período atual, principalmente nos contextos de países mediados pela dinâmica histórica da colonização e da escravização. Não é possível pensar a matriz social de um país como o Brasil sem se ater à dinâmica histórico-genética característica do espectro colonial. Em uma escala espacial mais específica, o mesmo vale para o Rio de Janeiro, espaço marcado pela materialização da herança africana desde o tráfico negreiro, o que justifica nossa atenção à constituição do Cais do Valongo enquanto modelo imprescindível das contradições relativas às consciências que permeiam a razão negra.

A dialética das durações associada ao vertiginoso conjunto mbembiano e à proposição teórico-metodológica de Ferreira (2019) sustentam um regime social que apresenta resíduos potentes desde a primeira modernidade forjada pela divisão racial do trabalho nos *plantations* latino-americanos. A metrópole do período atual, ente performático da globalização dos mercados que descarta indivíduos e os transforma em corpos comercializáveis, talvez só tenha sido preenchida com especificidades parecidas durante o período em que a carne negra fora transformada em mercadoria, daí a relevância do Rio de Janeiro enquanto lembrança necessária. É claro que são situações incomparáveis a nível de demarcação da violência corporal e subjetiva, mas é preciso considerar a realocação da crise societária do presente enquanto bojo que transmuta a realidade de todos os cidadãos a uma perspectiva que só havia sido experimentada por negros e negras.

Houve a busca, portanto, de certa readequação espaço-temporal a partir da vida negra que historicamente é forjada como prospecto de negação à produção da metrópole. Isso se performa mediante conflitos e tensões que esbarram em diferentes modos de existência, como explícitos nos dois textos levantados por Mbembe (2019) enquanto postulados que preenchem a razão negra. A relevância irrevogável da herança africana no constructo das cidades brasileiras, mas principalmente do Rio de Janeiro, deve ser encarada enquanto material cultural de condição ímpar para a constituição de horizontes minimamente democráticos e que apregoem o viés antirracista enquanto modelo generalizado no conteúdo das políticas públicas voltadas para a cidade, sejam do ponto de vista da patrimonialização, da luta política ou da própria segurança pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Formas de reestruturação produtiva. In: **Dimensão da reestruturação produtiva: Ensaio da sociologia do trabalho**. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. A precarização do trabalho como regra. In: ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018. P. 157-172.

AZEVEDO, Felipe Taumaturgo Rodrigues. Entre ausências e emergências, genocídios e epistemicídios: notas sobre metrópole e “espacialidades enegrecidas”. **Geopauta**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 111-128, abr. 2020.

BERNARDINO-COSTA; Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Cap. 10. p. 247-267.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2014. p. 289-289.

CAMPOS, Andreino; MODESTO, Nilo; SILVA, Cátia Antonia. (Organizadores). **Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

CICALO, André; VASSALLO, Simone. Por onde os africanos chegaram. O Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, n. 43, p. 239-271, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUSSEL, E. **Filosofía de la liberación**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2011. 297 p.

DUTRA, Pablo de Macedo. **Pressupostos e implicações do conceito de raça no alvorecer do século XXI a partir de Achille Mbembe**. 66 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FOUCAULT, Michael. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Aula de 17 de março de 1976).

FOUCAULT, Michael. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Aulas de 11 de janeiro e 8 de fevereiro de 1978).

GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Editora 34, 2001..

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador.

GUIMARÃES, Geny. Ferreira. Espacialidades de corpos negros no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Anita Loureiro de; SILVA, Cátia Antonia da (Org.). **Metrópole e crise societária: resistir para existir**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. Cap. 4. p. 85-99.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-Grafias Negras & Geografias Negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 292-311, abr. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Bertrand Brasil, 2014.

LIMA, Tania Andrade; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, p. 299-391, 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2019. 320 p.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. N-1 edições. São Paulo, 2018.

NOGUERA, Renato; SEIXAS, Rogério Luis; ALVES, Brunior Francisco. A necropolítica na eminência do devir-negro do mundo. **Voluntas: Revista Internacional de Filosofia**, v. 10, p. 150-167, 2019.

OLIVEIRA, Denílson. Inscrição espacial do racismo e do antirracismo: a "Pequena África" como forma espacial de descolonização da área central e portuária do Rio de Janeiro. In: ENANPEGE, 2019, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Anpege, 2019. s/p.

OLIVEIRA, Denílson Araújo de. Questões acerca do genocídio negro no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 312-335, abr. 2020.

RIBEIRO, Guilherme. **Fernand Braudel, geohistória e longa duração: críticas e virtudes de um projeto historiográfico**. Annablume, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. Creación del sistema mundial moderno. **Un mundo jamás imaginado**, p. 1-8, 1992.